

AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A (CON)FORMAÇÃO DO JOVEM TRABALHADOR

Cilson César Fagiani¹

Fabiane Santana Previtali²

Resumo: No contexto neoliberal já da segunda década do século XXI, tem-se o aprofundamento reestruturação produtiva do capital na esfera das relações intercapitalistas e do Estado com consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores. As novas gerações são ainda mais afetadas pelas mutações do mundo do trabalho. A sua entrada no mercado de trabalho é feita em um contexto de flexibilidade nas práticas de gestão e emprego, do impacto crescente das novas tecnologias de informação e comunicação (TCIs) e exigência de novas habilidades e qualificações, da ruptura dos coletivos de trabalho e ascensão de formas cada vez mais individualizadas, bem como de declínio das leis trabalhistas e da seguridade social. Nesse cenário o sistema educativo vem se colocando como forte aliado do capital na formação acrítica e instrumentalizada desses jovens para o mercado de trabalho sob a promessa de empregabilidade e formação “totalizante”, construindo um novo consenso fundado inexorável e (i)lógica necessidade de adaptação e submissão às tendências em curso.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Qualificação Profissional; Reestruturação Produtiva.

THE MUTATIONS IN THE WORLD OF WORK AND THE (CON) FORMATION OF THE YOUNG WORKER

Abstract: In the neoliberal context already in the second decade of the 21st century, we have deepened the productive restructuring of capital in the sphere of intercapitalist relations and of the State with negative consequences for all workers. The new generations are even more affected by the mutations at work. Its entry into the labor market takes place in a context of flexibility in management and employment practices, the increasing impact of new information and communication technologies (ICTs) and the requirement for new skills and qualifications, the breakdown of working groups and the rise in increasingly individualized ways, as well as the decline of labor laws and social security. In this scenario, the educational system has been placing itself as a strong ally of capital in the a-critical formation and instrumentality of these young people to the labor market under the promise of employability and "totalizing" training, building a new relentlessly founded consensus and (i) adaptation and submission to current trends.

Keywords: Work; Education; Professional Qualification; Productive Restructuring.

LAS MUTACIONES EN EL MUNDO DEL TRABAJO Y LA (CON) FORMACIÓN DEL JOVEN TRABAJADOR

Resumen: En el contexto neoliberal ya de la segunda década del siglo XXI, se ha profundizado

¹Docente da Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Pesquisadora CNPq/PQ e FAPEMIG/PPM.

²Docente na Universidade de Uberaba – UNIUBE. Bolsista CNPq, Brasil (150343/2017-5), de Pós-doutoramento na Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação – USP/FE sob supervisão do Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani.

reestruturação produtiva do capital na esfera das relações intercapitalistas e do Estado com consequências nefastas para o conjunto dos trabalhadores. As novas gerações são ainda mais afetadas pelas mutações no trabalho. Sua entrada no mercado de trabalho ocorre em um contexto de flexibilidade nas práticas de gestão e emprego, do impacto crescente das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e exigência de novas habilidades e qualificações, da ruptura dos coletivos de trabalho e ascensão de formas cada vez mais individualizadas, assim como de declinação das leis trabalhistas e da segurança social. Neste cenário o sistema educacional se vem colocando como forte aliado do capital na formação a-crítica e instrumentalizando os jovens para o mercado de trabalho sob a promessa de empregabilidade e formação "totalizante", construindo um novo consenso fundamentado inexoravelmente e (i) lógica necessidade de adaptação e submissão às tendências em curso.

Palavras chave: Trabalho, Educação, Qualificação Profissional; Reestruturação Produtiva.

Introdução

Na dinâmica das classes pelo controle da vida social, a classe burguesa está conquistando maiores espaços de atuação para o capital, impondo-se contra o trabalho o que implica no retrocesso de conquistas sociais adquiridas ao longo de um processo histórico. Para Antunes (2017), "Uma das principais ideias que eu apresentava no Adeus ao trabalho? era que estávamos penetrando numa era de precarização estrutural do trabalho em escala global. O que naquele momento era uma relativa exceção – o trabalho precário, informal, terceirizado – tenderia a se tornar regra. E a regra – o trabalho contratado, regulado, com direitos – tenderia cada vez mais a se tornar uma exceção. A tragédia é que esse quadro se consolidou."³

Torna-se fundamental no atual momento de crise de acumulação novos caminhos para a valorização do capital fundados em novas formas de exploração do trabalho e de extração do mais-valor. É nesse quadro que se coloca em questão o aparecimento do trabalho em condições análogas ao escravo, atingindo especialmente as populações de maior vulnerabilidade social como migrantes, jovens, mulheres e grupos étnicos. Segundo Antunes (2017), "É evidente que não estamos voltando ao trabalho escravo de 1500, estamos falando de uma escravidão inclusive digital, do trabalho terceirizado, precarizado, informal, do trabalho sem direitos, de uma dependência do sistema perverso de metas, que tem levado a suicídios e adoecimentos do trabalho"⁴.

³ Entrevista com Ricardo Antunes na CARTA CAPITAL, publicada em 17/05/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>. Acesso em: 9 de Fev. 2018.

⁴ Idem nota 3.

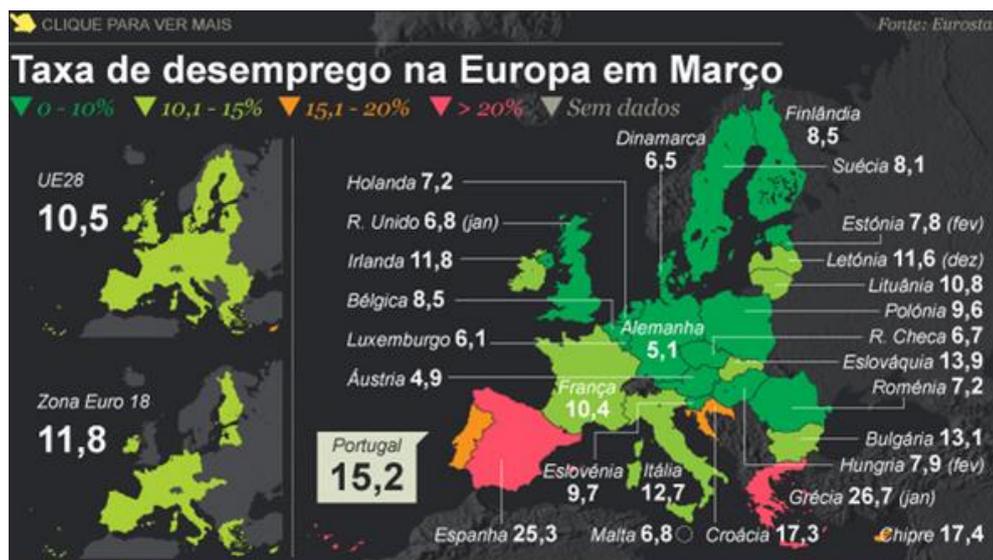
Ora, a primeira ordem de necessidade se satisfaz mediante a privatização dos chamados serviços públicos essenciais como a previdência social, a educação e a saúde no âmbito de uma ampla reforma do Estado sob a égide do gerencialismo (HOOD, 2005). A segunda ordem se faz através das novas formas de emprego e organização do trabalho. Exploremos essa vertente um pouco mais.

A nova ordem de acumulação capitalista ancora-se em relações laborais fundadas na flexibilidade e no uso intensivo das TICs (HUWS, 2011), na redução expressiva do trabalho estável e contratado regularmente, concomitantemente ao aumento do emprego parcial, temporário, subcontratado e precário (PREVITALI, 2011; ANTUNES, 2013). Na União Europeia, a proporção de trabalhos temporários involuntário aumentou cerca de 1% entre 2008 e 2012 enquanto a percentagem de trabalhos a tempo parcial aumentou 2,4% (PREVITALI; FAGIANI, 2015).

A era da acumulação flexível acarretou profundas modificações no mundo do trabalho entre elas um enorme desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições de precarização e super-exploração, modificações estas conduzidas pela lógica societal voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. Segundo a OIT (2017)⁵, há mais de 200 milhões de trabalhadores desempregados em 2017. Destes 70,9 milhões são jovens e, para 2018, a estimativa é de que o desemprego neste segmento aumente chegue a 71,1 milhões de pessoas. A situação para os jovens que estão empregados não é menos trágica pois 76,7% deles ocupam postos de trabalhos marcados pela informalidade.

Destaca-se ainda que cerca de 319 milhões de trabalhadores vivem ainda com menos de U\$1,25 por dia. A maioria destes encontram-se em países periféricos do hemisfério sul. No entanto, observa-se o aumento do nível de pobreza também nas economias europeias. Portugal, Grécia e Irlanda estão entre os mais afetados por esta realidade tendo destruído, entre 2007 e 2012 cerca de 1,2 milhões de empregos, 75% do total de empregos perdidos durante este período (PREVITALI; FAGIANI, 2015). O Gráfico 1 abaixo mostra as taxas de desemprego na Europa em março de 2014, com destaque para Portugal, cuja taxa ficou em 15,2%.

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego na Europa (2014)



Fonte Original: Dinheiro Vivo (2014).
Fonte: Previtali; Fagiani (2015).

Ao mesmo tempo, a concentração de renda no mundo tem aumentado. Aproximadamente 10% da população mundial controla 86% dos ativos do planeta⁶. Os 70% mais pobres controlam apenas 3%. As 85 maiores fortunas do mundo somam US\$ 1,7 trilhão, a mesma renda de metade da população. "As elites globais estão mais ricas e a maioria da população mundial está excluída", diz o relatório. Os dez países mais ricos da Europa mantêm fortunas equivalentes a todos os pacotes de resgate aos países da região entre 2008 e 2010. Nos EUA, 95% do crescimento gerado após a crise de 2008 ficou nas mãos de 1% da população⁷.

Destaca-se que desde o final dos anos 1980, a reestruturação produtiva impôs duras perdas à classe trabalhadora com a tendência à redução do proletariado industrial, estável e especializado, que se desenvolveu na vigência do taylorismo-fordismo e a ampliação do chamados serviços via reorganização das cadeias produtivas e uso massivo das terceirizações, do trabalho temporário ou em curto prazo e em tempo parcial (*part-time*)⁸. Nesse quadro, de acordo com o Banco Mundial e FMI, o

⁶INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212423.pdf. Acesso em 16. Jan. 2014.

⁷ Idem nota 6.

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre a nova morfologia da classe trabalhadora, ver ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. Almedinha/CES: Lisboa. 2013.

número de trabalhadores em escala global apresentou uma elevação de 70%, especialmente nos setores ligados à prestação de serviços, destacando-se a construção civil e de empregados domésticos.

Conforme Atkinson (1985 e 1987) há dois tipos de flexibilidade, quais sejam: a flexibilidade numérica e a flexibilidade funcional. De acordo com o autor, a flexibilidade numérica é obtida através do uso de trabalho periférico o qual experimenta condições inferiores como as precárias condições de segurança no trabalho, sendo um trabalho temporário e/ou casual e subcontratado. Esse trabalho pode ser ajustado de forma relativamente fácil e com rapidez de acordo com as indicações das condições do mercado. A empresa pode utilizar-se de uma força de trabalho periférica contratada por um período curto, os temporários, recorrendo para tanto à empresas especializadas ou aos trabalhadores domésticos.

Já a flexibilidade funcional é obtida dentro do grupo central da força de trabalho mudando uma série de recompensas, tais como condições de trabalho e segurança do emprego. O objetivo é manter um grupo central de trabalhadores estáveis, com alto grau de benefícios e altos salários em função de sua habilidade em mudar de tarefas, em adquirir novas habilidades e em deslocar-se espacialmente. As modalidades do trabalho flexível: terceirizado, temporário, auto-emprego, trabalho a tempo parcial, trabalho à domicílio, tele-trabalho que já foram caracterizadas como atípicas⁹ face ao padrão normal do emprego típico do pós-guerra, hoje constitui o padrão de emprego.

A difusão dos trabalhos flexíveis no âmbito das relações laborais insere-se no movimento mais amplo de reestruturação do processo produtivo mediante às exigências do capital com o fim de recompor as taxas de lucratividade. Esse processo tem implicado na precarização das condições de emprego, bem como na fragmentação da classe trabalhadora, contribuindo fortemente para o esfacelamento das organizações políticas dos trabalhadores, em especial os sindicatos. No caso dos Estados Unidos, entre 2000 e 2012, as taxas de sindicalização foram reduzidas em 2,4 % (Gráfico 2).

Gráfico 2

Percentage of employees represented by unions in the United States from 2000 to 2012



Fonte: Previtali; Fagiani (2015).

Para Antunes (2017) a precarização do trabalho apresenta-se hoje em escala global e de forma muito acentuada, sendo presente em países como Índia, China, em países da Europa e dos Estados Unidos, além do Brasil. O autor chama a atenção para o caso inglês com a adoção do *zero hour contract* (o contrato de hora zero) pelo qual o trabalho torna-se intermitente, sem contrato e sem direitos uma vez que os trabalhadores são chamados e recebem apenas pelo trabalho realizado, atingindo as mais distintas categorias do chamado novo proletariado, especificamente do setor de serviços.

As novas gerações são ainda mais afetadas pelas transformações do mercado de trabalho. A sua entrada está se dando em um contexto de desmonte dos direitos do trabalho, os quais foram duramente conquistados pelas organizações coletivas, como os sindicatos e os movimentos sociais controle social do trabalho - via políticas que beneficiam as formas precárias de emprego e de práticas de gestão. Os jovens são mais adaptáveis ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação – TICs e tendem a ser menos resistentes aos novos estatutos de emprego como o temporário, a tempo parcial, por conta própria, sob condições de redução ou mesmo ausência dos direitos sociais.

⁹ Ver Vassapolo (2005).

A incerteza e a fragilidade são características do trabalho atualmente como aponta Segnini (2007, p. 35):

[...]nada está efetivamente adquirido em termos de direitos sociais. Trata-se de um eterno recomeço: recomeçar a compreender o trabalho, a compreender o contexto, os colegas, descobrir quem faz o quê e quem sabe o quê, quem pode ajudar, quais problemas retornam, e as formas de superá-los, sem reconhecimento de seus esforços, de seu trabalho e mérito.

Nesse contexto os jovens são fortemente afetados em sua subjetividade, podendo desenvolver sentimentos de injustiça intra e inter-geracional, acompanhados de insatisfação, frustração, depressão e raiva, com uma consciência apenas imediata e superficial quanto aos mais profundos imperativos estruturais, sociais e culturais, sob os quais se apoiam a exploração e a dominação burguesa.

Portanto, diante do exposto acima, pode-se conjecturar que se tem presenciado atualmente a *formação de um novo modelo produtivo que tem gerado emprego, porém, com menores salários e em piores condições de trabalho, incluindo do trabalho em condições de escravidão, contribuindo enormemente para a concentração de renda.*

No bojo desse processo que é econômico, social e político, torna-se vital para o capital a (con)formação da classe trabalhadora para o trabalho precário e sem direitos. Essa incumbência caberá à educação.

(Con)Formação para o Novo Mercado de Trabalho

Sabe-se que a educação é um instrumento formador e de expressividade sociocultural e não pode - e nem deve - ser vista dentro de limites fechados, analisada independentemente e de forma apartada da sociedade. A educação não se pauta pela neutralidade. Mészáros (2008, p. 35), irá afirmar que a educação:

ao mesmo tempo que se constitui como elemento fundamental para a produção das condições objetivas de manutenção da ordem social do capital, é também meio para a construção de uma estratégia para uma outra forma de sociabilidade, que esteja para além do capital.

Em 2016 o Brasil possuía 190.706 estabelecimentos de educação básica nos quais estão matriculados 50.042.448 alunos, sendo 41.432.416 (82,8%) em escolas

Revista Communitas v. 2, n. 3 (2018): Múltiplos discursos, práticas e políticas na/da educação

públicas e 8.610.032 (17,2%) em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (46,4%), o equivalente a 23.215.052 alunos, seguida pela rede estadual, que atende a 35,8% do total, 17.926.568 alunos. A rede federal, com 290.796 matrículas, participa com 0,6% do total. A Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação. É um número considerável de pessoas que necessitam ser (re)educadas para a nova ordem burguesa.

A educação materializada na escola é resultado de uma construção histórica erigida a partir e na dinâmica das lutas entre as classes sociais. Nos momentos de crise do capitalismo, quando se abrem fissuras nos blocos hegemônicos de poder, as classes trabalhadoras e os movimentos sociais reivindicam uma educação fundada em princípios libertários e socialistas. Mas, no momento seguinte, a burguesia, ao reconstruir-se politicamente, impõe novamente - e com grande intensidade - o seu projeto de dominação e a educação volta a ter essencialmente um caráter eminentemente classista que circunscreve os anseios da classe trabalhadora às determinações da reprodução do capitalismo.

Há uma intencionalidade quanto aos objetivos educacionais societais que se consubstanciam em políticas educacionais. Estas por sua vez, se traduzem em projetos educacionais desenvolvidos nas escolas e que têm como alvo direto os profissionais da educação e os estudantes e, de uma maneira mais geral, a sociedade. A escola busca determinar a construção de uma moral de obediência, de disciplina e de conformação que visa à reprodução do sistema societal (BOURDIEU, 1998; ENGUITA, 1989). Para Mészáros (2008) a educação institucionalizada serviu ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes.

As mudanças na educação básica e suas correlações no ensino superior visam a construção do consentimento sob o discurso ideológico da mobilidade social e das oportunidades àqueles mais qualificados. No entanto, concretamente, tem-se que em 2015, segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mais da metade dos adultos com idade entre 25 e 64 anos não

tenham chegado ao ensino médio e 17% da população sequer tinha concluído o ensino básico. É menos do que a metade da média global (37%), e também abaixo do verificado em Argentina, Colômbia e Chile, todos em torno dos 22%. O relatório também abordou a desigualdade no acesso ao ensino superior e, no Brasil, a disparidade entre os estados é a maior observada na pesquisa. Enquanto 35% dos jovens de 25 a 34 anos no Distrito Federal estão no ensino superior, no Maranhão a taxa é cinco vezes menor (7%)¹⁰.

Apesar desses dados, a ideologia dominante brasileira busca construir no imaginário coletivo uma falsa consciência do real. Ela atribui à educação a qualidade de ser, por si só, transformadora. Difunde-se a ideia de uma sociedade uma sociedade aberta e móvel. Nessa vertente ideológica é suficiente estar na escola para alcançar o sucesso e faz-se tábua rasa das determinações histórico-estruturais mais amplas que condicionam os sujeitos sociais.

A utilização da instituição escolar como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante e uma sociedade estagnada reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante é o que indica a baixa qualidade da educação universalizada e sua segmentação em ensino propedêutico e profissionalizante.

Ressalta-se também a inserção de novas tecnologias na materialidade escolar e seu significado quanto ao sentido educativo e a correlação com a evolução científica aplicada à produção industrial. A escola pode então ser ferramenta de condução/adaptação não de pessoas em sua constituição individual, mas de verdadeiras populações e o que mais interessa ao sistema manipular é a População Economicamente Ativa.

Segundo Fagiani e França (2013), a População Economicamente Ativa, de acordo com os conceitos principais das notas metodológicas da pesquisa mensal de emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.

¹⁰ ENSINO SUPERIOR. Apenas 15% dos brasileiros estão no ensino superior.
<http://www.revistaensinosuperior.com.br/um-panorama-educacao-brasileira/>. Acesso em 15 de Jan. 2018.

A população ocupada é composta pelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) e são classificadas em:

- a. Empregadas - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.).
- b. Conta Própria - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c. Empregadores - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d. Não Remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

A população desocupada é composta pelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE, 2013), a população economicamente ativa de seis regiões metropolitanas, quais sejam, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, foi estimada, em maio de 2013, em 24,4 milhões de pessoas.

Como pode-se observar na Tabela 1 a grande maioria desta população passou por um tempo de no mínimo 11 anos de escola em todas as regiões metropolitanas, apresentando no total das seis áreas 63,1 %. Seja lá o que for que tenha sido trabalhado durante todo este período, de melhor ou pior qualidade, 11 anos, quase o ensino fundamental e médio juntos, faltando apenas um ano, é tempo suficiente para constituir valores, formar opiniões e produzir ou induzir comportamentos e hábitos.

Tabela 1 - População economicamente ativa (%) com Diferentes Anos de Estudo, por região metropolitana, em maio de 2013

Anos de estudo	Total das seis áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Sem instrução e menos de 1 ano	1,3	2,1	1,1	1,7	1,5	1,2	0,7
1 a 3 anos	2,7	3,4	3,3	2,8	2,8	2,4	2,8
4 a 7 anos	15,9	17,5	14,6	18,0	14,7	15,3	19,1
8 a 10 anos	16,9	14,4	15,7	18,1	16,8	16,7	20,1
11 anos ou mais	63,1	62,2	65,2	59,4	64,1	64,3	57,2

FONTE: O autor, a partir de IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2013.

A cultura escolar tem influência direta na constituição social desta população. Segundo Julia (2001) a cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, em um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. Vaino Frago (2000) também define a cultura escolar como um conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo nas instituições educativas, são modos de pensar e de atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas, no restante do recinto escolar e no mundo acadêmico, e integrar-se na vida cotidiana das mesmas. Ainda para Vaino Frago (2000) estes modos de fazer e pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados são assumidos sem questionamentos e interiorizados.

Os espaços escolares se organizando sob aspectos de visibilidade e controle, assim como um grande peso de tendências fragmentadoras e diferenciadoras dos espaços compartilhados e de reuniões. O tempo escolar como um tempo formalmente

prescrito e uniforme, analisado por Vinao Frago(2000) sob três aspectos de influências recíprocas, quais sejam: o tempo teórico, a legalidade deste tempo e a realidade deste tempo nas escolas, sendo possível apenas desta maneira refletir as discontinuidades e rupturas, as inércias e persistências, a diversidade de práticas, os elementos determinantes destas diversidades e a tripla natureza da distribuição do trabalho escolar como meio disciplinador, mecanismo de organização e racionalidade curricular e instrumento de controle externo.

Ainda sobre a organização do tempo, sua contextualização nos permite concluir quanto sua racionalização, que traz em seu bojo a distribuição das disciplinas, dos conteúdos nas disciplinas e a seriação do ensino conjugado com a idade dos alunos, contribuindo para a organização do capitalismo industrial no fim do século XIX e começo do XX.

Como pode-se observar na Tabela 2, a maior parte, 85,6%, da população economicamente ativa é homogeneamente distribuída entre as principais atividades propulsoras e mantedoras do sistema capitalista, ou seja, 16,0% se encontram na indústria e energia, 18,7%no comércio, 16,0% nas finanças, 17,1% na educação, saúde e administração pública e 17,8% nos transportes.

Tabela 2 - Distribuição da população ocupada, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade em maio de 2013

Grupamentos de atividade	Total seis	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
	Áreas						
A	16,0	11,3	9,3	16,1	12,0	19,6	20,0
B	7,7	8,3	8,5	9,2	7,5	7,1	8,1
C	18,7	22,3	22,2	18,9	17,9	17,6	19,6
D	16,0	15,7	16,9	14,7	16,1	16,4	14,7
E	17,1	18,7	17,9	17,5	19,7	15,0	17,5
F	6,2	7,5	7,1	6,1	6,5	6,1	4,5
G	17,8	15,5	17,4	16,8	19,7	18,0	15,1

A - Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.

B - Construção.

C - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.

D - Serviços prestados a empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

E - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

F - Serviços domésticos.

G - Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais).

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2013.

A permanência de 11 anos na escola significa um tempo significativo para a constituição de valores, formação de opiniões e produção ou indução de comportamentos e hábitos nos trabalhadores. A escola ensina a técnica e juntamente com ela, um conjunto de valores e comportamentos os quais devem ser observados, segundo o lugar que o indivíduo está destinado a ocupar. Isso significa selar pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe (ENGITA, 1989).

Tem-se a utilização da instituição escolar como meio de controle e imposição de uma hegemonia dominante e uma sociedade estagnada reprodutora apenas desta hegemonia, sem qualquer intenção de alteração na ordem reinante. Seria a melhoria da qualidade do ensino público que deveria ser buscado insistentemente e sem dissimulações.

Conclusão

A importância de uma força de trabalho adequadamente preparada e controlada reflete diretamente nos custos da produção e consequentemente na obtenção do lucro. Em dias de fácil comunicação e inovações informacionais a tarefa de preparação e controle do trabalhador vai sendo desenvolvida em uma dinâmica dialética que, ao mesmo tempo beneficia e dificulta a reprodução do sistema capitalista, visto que este mesmo trabalhador também adquire habilidades de mobilização em maior número e em menor tempo, com maior quantidade de informação. Na relação estabelecida na e com a escola e a totalidade de seus sujeitos, há a possibilidade concreta da construção da consciência crítica e do reconhecimento dos determinantes estruturais e estruturantes da sociabilidade sob os ditames do capital

(MÉSZÁROS, 2008).

O grande desafio que se apresenta hoje, tanto na teoria quanto na prática, está em apreender a relação de produção especificamente capitalista e demonstrar as complexas relações entre o mundo do trabalho e a educação, em particular a educação escolar institucionalizada, buscando desmistificar as concepções ideológicas de que basta estar na escola para ter emprego e sucesso. A escola qualifica para o mercado de trabalho e, no caso da geração juvenil pertencente aos estratos mais precarizados da classe trabalhadora, essa qualificação é restrita, de qualidade duvidosa e visa atender aos piores postos de trabalho. Em um contexto de retrocesso e perdas brutais para a classe trabalhadora e para movimentos sociais de defesa dos direitos sociais coletivos, a estratégia da classe dominante brasileira é revigorar por meio da instituição escolar as ideologias mais reacionárias e conservadoras a fim de garantir seus lucros e privilégios. Assim, a conscientização sobre o papel da escola institucionalizada na sociedade de classes e condições *sine qua non* para a sua superação e a construção de uma escola que possibilite, de fato, o processo de humanização.

Referências

- ANTUNES, R. "A Classe Trabalhadora Hoje e a Nova Morfologia do Trabalho: informalidade, infoproletariado, imaterialidade e valor", IN: Varela, R. (coord). **A Segurança Social é Sustentável**. Lisboa: Bertrand Editora. 2013. p. 337-362.
- ATKINSON, J. "The Changing Corporation", In: CLUTTERBURCK (Ed). **New Patterns of the Work**. Aldershot: Gower. 1985.
- ATKINSON, J. Flexibility or fragmentation? The United Kingdom labour market in the eighties. **Labour and Society**. Vol. 12. N. 1. 1987. p.87-105.
- DINHEIRO VIVO. Taxa de Desemprego na Europa em Novembro. Disponível em: <http://www.dinheirovivo.pt/Graficos/Detalhe/CIECO150428.html>. Acesso em 14 de mai. 2014.
- ENSINO SUPERIOR. Apenas 15% dos brasileiros estão no ensino superior. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.com.br/um-panorama-educacao-brasileira/>. Acesso em 15 de Jan. 2018.
- FAGIANI, C. C; FRANÇA, R. L. DE. Cultura material escolar e escolar na formação do trabalhador e formação para o trabalho. **XI Jornada do Histebr – A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização**
- Revista Communitas v. 2, n. 3 (2018): *Múltiplos discursos, práticas e políticas na/da educação*

23-25 de outubro de 2013. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/anais.html.

Acesso em 10 de Jan. 2018.

FAGIANI, C. C., PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**. Vol. 3. 2014. p.53 – 67.

HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a theme, In: **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 20, No. 2/3, p. 93-109.1995.

HUWS, U. Working online, living offline: labour in the Internet Age. In: **Work Organisation, Labour & Globalization**. Vol. 7, N. 1, Summer, 2013. Pp: 1 – 11.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212423.pdf . Acesso em 16. Jan. 2014.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Global Employment Trends 2014. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf . Acesso em 16. Jan. 2014.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future/International Labour Office - Geneva: ILO, 2017. Disponível em: http://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment-trends/WCMS_600465/lang--pt/index.htm. Acesso 10 de fevereiro de 2018.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001. p 9-43.

NUNES, D. Na escravidão o trabalhador era vendido. Naterceirização, é alugado. Entrevista com Ricardo Antunes. CARTA CAPITAL. Publicado em 17/05/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado201d>. Acesso em: 9 de Fev. 2018.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. A vingança do capital sobre o trabalho no século XXI: precarização e perda de direitos no mundo. **XXX Congresso ALAS Costa Rica 2015. Pueblos en movimiento: un nuevo diálogo en las ciencias sociales**. 29 de noviembre al 4 de diciembre del 2015. Disponível em: <http://sociologia-alas.org/congreso-xxx/ponencias/>. Acesso em: 10 de Jan. 2018.

SEGNINI, L. R. P. Planos de Demissão Voluntária: do sonho de liberdade à vivência do desemprego e do trabalho precário. In: HIRATA, H.; SEGNINI, L. (Orgs.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac. 2007.

VIDAL, D. Cultura e Práticas Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares, In: SOUZA, R.; VALDEMARIN, V. T. (Orgs). **A Cultura Escolar em Debate:**

questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas/SP:
Autores Associados. 2005. p 3-30.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico.
Contemporaneidade e Educação, ano V, n. 7, 1. 2000. Sem/2